

O HUMANISTA SARAMAGO: POR UMA POÉTICA SENSÍVEL ACERCA DA POLÍTICA, DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Mateus Roque da SILVA*

- **RESUMO:** No ano de 2003, em entrevista ao jornal O Globo, José Saramago afirmou que “sem democracia não pode haver direitos humanos, mas sem direitos humanos também não pode haver democracia. [Contudo], estamos numa situação em que se fala muito de democracia e nada de direitos humanos”¹. A fala do escritor português não (res)soa, ao sujeito contemporâneo, apenas como alerta de perigo, antes disso, convoca-nos para uma reflexão crítica e, certamente, conjunta acerca da política global e da própria promoção dos direitos humanos. Passadas mais de duas décadas de sua afirmativa, podemos observar, especialmente no caso brasileiro, o fortalecimento de ataques, em dimensão física e discursiva, às instituições democráticas, o descaso de certos governos com a dignidade de seu povo e, como resultado direto desses elementos, a proliferação de narrativas que menosprezam os direitos humanos e, em alguma medida, a própria vida. Diante do cenário que se coloca, o corrente ensaio objetiva apresentar um panorama acerca da obra de José Saramago, estabelecendo paralelos entre a suas produções ficcionais e a sua percepção pessoal sobre a política, a democracia e os direitos humanos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Literatura e Direitos Humanos. José Saramago. Literatura e Política.

O humano é o que há que preservar e defender em todas as circunstâncias: o capitalismo já sabemos que não o fará.
José Saramago²

Em 10 de dezembro de 1998, data em que se celebrava o quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, José Saramago, durante

* Bolsista CAPES. Doutorando em Teoria e História Literária. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Campinas – SP – Brasil. mateusroques@yahoo.com

¹ “A democracia esvaziada”. *O Globo*, 10 de maio de 2003 [Entrevista com Manya Millen].

² “Saramago: ‘Si Españã va bien, es uma excepción, porque el mundo no va bien’”. *Las palmas de Fran Canaria*, 15 de abril de 1998 [Reportagem de Ángeles Arencibia].

seu discurso no banquete pelo Prémio Nobel, reforçou a urgência de nos atermos, enquanto seres humanos e cidadãos, às inúmeras crises que acometem às democracias contemporâneas e que reverberam, de modo ainda mais grave, nas constantes violações dos Direitos Humanos, pois “nestes cinquenta anos não parece que os governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que, moralmente, quando não por força da lei, estavam obrigados” (Saramago, 2013, p. 90). Para ele, mais do que atribuir a total responsabilidade aos governantes, que não fizeram mais do que estavam obrigados, é necessário que se (re)avalie como uma humanidade esquizofrênica, “que é capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das suas rochas, assiste indiferente à morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte neste tempo do que ao nosso próprio semelhante” (Saramago, 2013, p. 90).

Homem de ação, como dita sua formação marxista, suas palavras sempre foram ao encontro de seus semelhantes, sobretudo aqueles que, vítimas das desigualdades, das repressões e das guerras, resistiram ao *status quo*. Em março de 2003, a título de exemplificação, durante as manifestações pela paz³ que ocorreram em Madrid e contaram com mais de 400 mil pessoas, José Saramago redigiu um importante manifesto, publicado, entre outros meios, pelo Partido Comunista Português (PCP), advogando pelo fim das guerras e pela defesa dos seres humanos, expondo que

enfrentamo-nos deliberadamente aos que querem a guerra, dizemos-lhes “NÃO”, e se, ainda assim, persistirem no sua demencial acção e desencadearem uma vez mais os cavalos do apocalipse, então, desde aqui os avisamos de que esta manifestação não será a última, de que estes protestos continuarão durante todo o tempo que a guerra durar, e mesmo mais além, porque a partir de hoje **não se tratará simplesmente de dizer “Não à guerra”, mas sim de lutar todos os dias e em todas as instâncias para que a paz seja uma realidade**, para que a paz deixe de ser manipulada como um elemento de chantagem emocional e sentimental com que se pretende justificar guerras. **Sem paz, sem uma paz autêntica, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos – todos eles, um por um – a democracia nunca será mais que um sarcasmo**, uma ofensa à razão, uma despuddorada mentira (Saramago, 2003, s.p., grifo nosso).

Não basta simplesmente dizer, conforme aponta seu manifesto, é preciso agir – em seu caso de forma política e poética – em defesa de todos, um por um, direitos fundamentais. Um mês após o movimento na Espanha, em abril do mesmo

³ Durante os meses de fevereiro e março de 2003, em diversas regiões da Europa e dos Estados Unidos, foram organizadas uma série de manifestações pacifistas contrárias a guerra que se deflagrava entre a coalizão estadunidense e o Iraque (2003 – 2011).

ano, durante as dolorosas lembranças acerca do início da ditadura de Augusto Pinochet (1973 – 1990), José Saramago visitou Santiago do Chile, onde fez questão de caminhar pela *Villa Grimaldi* – hoje renomeada como Parque da Paz –, local em que, durante os anos de repressão, foi convertido, pela polícia secreta de Pinochet, em um dos maiores centros de interrogatórios do país. Nesse ambiente próximo e, ao mesmo tempo, isolado da capital, estima-se que mais de 4 mil presos políticos foram, entre os choques, os espancamentos e os abusos sexuais, terrivelmente torturados pelo regime. Durante a estadia do escritor, sempre compenetrado em seus pensamentos, foram organizados diversos encontros com artistas, estudantes, intelectuais, políticos e familiares de presos, exilados, desaparecidos e assassinados durante o período ditatorial, que ansiavam escutar o Nobel das letras portuguesas. Em todas as tribunas em que esteve, afirma Sara Almarza (2003), Saramago “não se cansou de criticar o conceito atual de democracia” burguesa (Almarza, 2003, p. 131), em cujo os “governos não representam mais que o papel de comissários políticos do poder econômico, o que transforma os governos atuais em plutocracias, [isto é, em] governo dos ricos”⁴.

Alguém não anda a cumprir o seu dever. Não andam a cumpri-lo os governos, seja porque não sabem, seja porque não podem, seja porque não querem. **Ou porque não lho permitem os que efetivamente governam, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a uma casca sem conteúdo o que ainda resta de ideal de democracia** (Saramago, 2013, p. 90, grifo nosso).

Para o autor do Alentejo, conforme destaca Fernando Aguilera (2010), a autoridade das grandes instituições financeiras e das corporações multinacionais ou, ainda, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, são isentos de procedimentos democráticos no que se refere à escolha de seus dirigentes, de suas respectivas intervenções na sociedade, em âmbito humano e ambiental, dentre tantas outras ações que elevam a significância do capital em detrimento de quaisquer outras necessidades humanas. A partir dessa perspectiva, compreende-se facilmente o interesse de José Saramago “em enfatizar que as eleições servem para mudar governos, mas não para mudar o poder. A política, assim, se submete à economia e é por esta instrumentalizada, em uma relação de forças assimétrica que, no fundo, reduz os regimes de soberania popular” (Aguilera, 2010, p. 381 – 382).

A democracia, defende o vencedor do Nobel, deve ser continuamente (re) discutida, movimento este que, pelas vias poéticas, propõe suscitar em seu *Ensaio sobre a lucidez* (2004). Nesse romance, seguramente o mais político de sua obra,

⁴ Trecho da conferência proferida por José Saramago na Faculdade de Jornalismo da Universidade do Chile em 30 de abril de 2003.

apresenta-se uma sociedade que, inconformada com os encaminhamentos da democracia vigente, votam massivamente em branco. 83% da população, os “brancos”, nesse sentido, não confiaram os seus votos ao Partido da Direita (PDD), ao Partido do Meio (PDM) ou ao Partido da Esquerda (PDE), que receberam, respectivamente, 13%, 9% e 2,5% por cento dos votos válidos. A ação popular, sem uma clara liderança, emerge do próprio povo e é encarada, pelo governo local, como subversiva, uma vez que desferia, em um dos mais importantes pilares da democracia burguesa, um golpe violento, isto é, deslegitimava a ascensão do governo pela escolha popular.

Alguns sugeriam que fosse um grupo falar com o presidente da câmara municipal, [...] explicar que as intenções das pessoas que haviam votado em branco não eram deitar abaixo o sistema e tomar o poder, que aliás não saberiam que fazer depois com ele, **que se haviam votado como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava** (Saramago, 2004, p. 101, grifo nisso).

Embora propositivo, o excerto refere-se a uma população que, apesar de todas as contradições evidentes na sociedade capitalista, ainda aspira alcançar, dentro do mesmo sistema, a efetiva vida democrática, haja vista a aparente ausência de possíveis caminhos alternativos. Seus votos em branco operam, nesse sentido, como um alerta aos seus governantes que, cegos (ou cegados) pelas forças do Capital, não compreendem a real magnitude do gesto popular expresso nas urnas, afinal é um “mau tempo para votar” (Saramago, 2004). Contudo, na medida em que o romance se desenvolve, Saramago escancara um aparato governamental que se exime de suas responsabilidades, que usa de toda a sua influência – econômica, política e militar – para manter a ordem vigente e que, na falta de culpados pelas suas crises, elege inocentes, vitimados, dentro da (i)legalidade, pelo seu poder.

A mulher aproxima-se da grade de ferro, põe-lhe as mãos em cima e sente a frescura do metal. Não podemos perguntar-lhe se ouviu os dois tiros sucessivos, jaz morta no chão e o sangue desliza e goteja para a varanda de baixo. O cão veio a correr lá de dentro, fareja e lambe a cara da dona, depois estica o pescoço para o alto e solta um uivo arripiante que outro tiro imediatamente corta. Então um cego perguntou, Ouviste alguma coisa, Três tiros, respondeu o outro, Mas havia também um cão aos uivos, Já se calou, deve ter sido o terceiro tiro, Ainda bem, detesto ouvir os cães a uivar (Saramago, 2004, p. 325).

Da aparência à essência, como propõe a dialética marxiana, o autor desnuda as contradições da vida democrática contemporânea, desvelando um movimento que, longe das câmeras e dos holofotes, se estrutura pela manutenção do Estado

Burguês que, muitas vezes, se mantém em detrimento de seu próprio povo. Em seu romance seguinte, *As intermitências da morte* (2005), Saramago estreita ainda mais o debate entre a relação do Estado burguês e o Capital. Nessa obra, engatilhada por um acontecimento insólito, a suspensão da morte, o autor esboça uma grande desestruturação social, pois, a partir do primeiro dia daquele ano, não ocorreu “um falecimento por doença, uma queda mortal, um suicídio levado a bom fim, nada de nada” (Saramago, 2017, p. 11).

Inicialmente, o evento, inédito na história da humanidade, foi motivo de inúmeras comemorações. O povo, em um furor patriótico vindo de não se sabe onde, começou a pendurar, entre as janelas e as sacadas, as bandeiras da nação, manifestando, em suas cores e símbolos, a grande felicidade alcançada com a imortalidade. Contudo, em pouquíssimo tempo, o festejo converteu-se no caos, visto que não havia o que fazer com os doentes em estágio terminal, com aqueles que eram gravemente feridos em acidentes ou, ainda, com os idosos em idade mais avançada que, em sua maioria, contavam com a saúde debilitada. A igreja, fiadora da vida *post mortem*, foi a primeira que se desesperou, pois, conforme destacou Vossa Eminência o Cardeal, “sem morte não há ressurreição, e sem ressurreição não há igreja” (Saramago, 2017, p. 18). Além de abalar as estruturas celestiais, a ausência dos mortos também ocasionou uma grande instabilidade no mercado funerário, provocando, do mesmo modo, sérias complicações nas agências de seguro, nas casas de repouso e nos hospitais.

A primeira grande guinada narrativa ocorre

numa aldeia qualquer, a poucos quilômetros da fronteira com um dos países limítrofes, [onde] havia uma família de camponeses pobres que tinha, por mal dos seus pecados, não um parente, mas dois, em estado de vida suspensa ou, como eles preferiam dizer, de morte parada. Um deles era um avô daqueles à antiga usança, um rijo patriarca que a doença havia reduzido a um mísero farrapo, ainda que não lhe tivesse feito perder por completo o uso da fala. O outro era uma criança de poucos meses a quem não tinha tido tempo de ensinar nem a palavra vida nem a palavra morte e a quem a morte real recusava dar-se a conhecer (Saramago, 2017, p. 38).

Sem muitos recursos para cuidar de seus entes queridos, a família atravessa, protegidos pela escuridão da madrugada, a fronteira de seu país, resultando no imediato falecimento do avô e da pequena criança. Ao regressarem na manhã seguinte, são logo desmascarados pelos seus vizinhos e a notícia ganha repercussão nacional. Em pouco tempo, outras famílias, igualmente angustiadas com a situação de seus parentes, começam a realizar o mesmo movimento migratório, ocasionando um grande dilema internacional e, sobretudo, moral em todos os países, bem como em seus respectivos cidadãos envolvidos no curioso caso de intermitência

da morte. Diante de tais acontecimentos, eis que surge um grupo de pessoas que, ironicamente, se definiam como “amantes da ordem e da disciplina” (Saramago, 2017, p. 50), preparados para auxiliar o Estado na solução dos seus problemas internos. Os Maphiosos⁵, por meio de ameaças ao governo local, recebem a permissão para monopolizar o traslado daqueles que se encontravam em situação de morte suspensa, cobrando taxas, como é de se supor, cada vez mais elevadas.

Creio, senhor primeiro-ministro, [disse o ministro do interior] que nos encontramos perante um claríssimo exemplo de oferta e procura, E isso a que propósito vem, estamos a falar de pessoas que neste momento só têm uma maneira de morrer, Tal qual como na dúvida clássica de saber o que apareceu primeiro, se o ovo, se a galinha, também nem sempre é possível distinguir se foi a procura que precedeu a oferta ou se, pelo contrário, foi a oferta que pôs em movimento a procura [...]. A máphia não teria aparecido a querer explorar um negócio que simplesmente não existiria, Teoricamente assim é, ainda que, como sabemos, eles sejam capacíssimos de espremer de uma pedra a água que lá não está e depois vende-la mais cara (Saramago, 2017, p. 56).

O governo, objetivando contornar a crise interna, alia-se, portanto, aos maphiosos. O gesto de solidariedade, cometido inicialmente pela família de pequenos agricultores, converte-se, a partir desse movimento, em um lucrativo negócio, pois “o que a máphia tem feito é simplesmente atravessar a fronteira e enterrar os mortos, cobrando por isto um dinheirame” (Saramago, 2017, p. 64). Não há, nesse empreendimento, qualquer preocupação ou respeito aos familiares, ao contrário, uma vez que tudo é realizado “sem se preocupar em apontar no caminho da operação as referências topográficas e orográficas que no futuro pudessem auxiliar os familiares chorosos e arrependidos da sua malfetria a encontrar a sepultura pedir perdão ao morto” (Saramago, 2017, p. 64 – 65). O Estado rendeu-se ao poder, eminentemente econômico, dos maphiosos que, dentro da narrativa, operam como metáfora perfeita para o capital, em seu sentido mais amplo, capaz de transformar, dentro da sociedade capitalista, todos os produtos culturais, materiais e imateriais, todos os sentimentos, individuais e coletivos, e todas as relações, públicas e privadas, em mercadoria.

Para além de seu *Ensaio sobre lucidez* (2004) e d’*As intermitências da morte* (2005), José Saramago, ao longo de toda sua obra, não poupou críticas à atual situação do Estado burguês, profundamente submetido aos ditames do capital financeiro ou, ainda, aos fundamentalismos, políticos e religiosos, continuamente inflados e retomados para justificar grandes atrocidades pelo mundo. Observa-se que, nesse sentido, da atitude autoritária e antidemocrática dos governantes de *Ensaio sobre a*

⁵ “Com ph, para nos distinguirmos da outra, da clássica” (Saramago, 2017, p. 50).

cegueira (1995), que confinaram os primeiros cegos em um manicômio abandonado, deixando-os à própria sorte diante de uma epidemia de cegueira branca, à violência cometida pelos órgãos estatais, que torturaram e assassinaram, sob os olhos das elites, dos governantes e da igreja, os camponeses e cidadãos de *Levantado do chão* (1980); Da sanguinária perseguição inquisitorial em defesa da fé e dos valores cristãos, em *Memorial do convento* (1982), à imposição predatória sob os desígnios do capitalismo monopolista do Centro em face dos pequenos artesãos em *A caverna* (2000), o autor português elucidou precisamente os interesses dos setores ligados ao poder – político, econômico e religioso – que em nada se aproximam da plena vivência democrática almejada no cenário global contemporâneo (Garlet; Umbach, 2017b).

Como declaração de princípios que é, a **Declaração Universal de Direitos Humanos não cria obrigações legais aos Estados**, salvo se as respectivas Constituições estabelecem os direitos fundamentais e as liberdades nelas reconhecidos serão interpretadas de acordo com a Declaração. Todos sabemos porém, que esse reconhecimento formal pode acabar por ser desvirtuado ou mesmo denegado na ação política, na gestão econômica ou e na realidade social. **A Declaração Universal é geralmente considerada pelos poderes econômicos e pelos poderes políticos, mesmo quando presumem de democráticos, como um documento cuja importância não vai muito além do grau de boa consciência que lhes proporcione** (Saramago, 2013, p. 89 – 90, grifo nosso).

Ao concluir seu discurso pelo Prêmio Nobel (1998), Saramago, convocando os sujeitos para a ação política, destaca que “não é de esperar que os governos façam nos próximos cinquenta anos o que não fizeram nestes que comemoramos. Tomemos então, nós, cidadãos comuns, a palavra e a iniciativa” (Saramago, 2013, p. 90). É tomando, pois, a palavra e a iniciativa que, vinte anos mais tarde, a Fundação José Saramago (FJS)⁶, juntamente com a Universidade Autónoma do México, organizaram e apresentaram à Organização da Nações Unidas (ONU), com o apoio de diversos juristas, ativistas sociais e políticos de múltiplas nacionalidades, a Declaração de Deveres Humanos, um documento potente que se ergue a partir de uma necessidade cívica de intervenção, proteção e promoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

⁶ Em texto autobiográfico, José Saramago escreveu: “No ano de 2007 decidi criar-se em Lisboa uma Fundação com o meu nome, a qual assume, entre os seus objetivos principais a defesa e a divulgação da literatura contemporânea, a defesa e a exigência do cumprimento da Carta dos Direitos Humanos, além da atenção que devemos, como cidadãos responsáveis, ao cuidado do meio ambiente” (Saramago, 2013, p. 99).

A proliferação do reconhecimento de direitos provocou uma compreensão enganosa. Muitas pessoas assumem que os direitos não têm a sua correspondência em obrigações. É como se se pensasse que um indivíduo assumiu todos os direitos para o seu crescimento e a realização das suas satisfações, sem que isso implicasse o assumir de qualquer responsabilidade para consigo mesmo, os seus semelhantes, o entorno que o rodeia ou o Estado. É necessário pensar o mundo dos direitos em termos de co-responsabilidade (Fundação, 2017, p. 4).

O documento, publicado em 2018, demonstra exemplarmente como a potência – política e poética – de José Saramago continua fortemente fundamentada nas questões que atormentam esta sociedade contemporânea. Na leitura de Ana Paula Arnaut (2023), esse movimento pode ser facilmente compreendido à luz da produção literária e da prática cidadã de um autor que sempre se mostrou profundamente “empenhado com o seu tempo, denunciando, pela recuperação pretérita ou pela projeção de acontecimentos num futuro que talvez venha acontecer, as muitas e mais diversas violações aos mais elementares direitos do ser humano” (Arnaud, 2023, p. 47).

Em entrevista à Folha de São Paulo, datada de 12 de janeiro de 1994, José Saramago, enquanto finalizava seu *Ensaio sobre a cegueira*, foi questionado acerca do forte engajamento político de sua obra, sobre o qual respondeu:

O que eu digo é que eu tenho, como cidadão, um compromisso com o meu tempo, com o meu país, com as circunstâncias, digamos, do mundo. Eu não posso virar as costas a tudo isso e ficar a contemplar minha obra. O futuro irá julgar a obra do autor, mas o presente tem o direito de fazer um juízo sobre o autor, o que ele é (Saramago *apud* Fernandes, 1994, s/p, grifo nosso).

Sempre enfatizando em suas entrevistas que, ao longo de sua vida, jamais separou o ofício literário de sua prática e responsabilidade cidadã, José Saramago não deixa dúvidas da real integração, sem contradições, de sua produção poética e sua *práxis* política. Dito de outra maneira, como pontua Fernando Aguilera (2010), “para ele, o autor não devia ocultar com o véu aristocrático das letras os seus deveres como cidadão que era. E assim atuou na prática, [...] expressando solidariedade, impulsionando e colocando-se a serviço de causas humanitárias” (Aguilera, 2010, p. 341). Nesse sentido, torna-se evidente que sua responsabilidade, social e humana, perpassa e, em alguma medida, orienta o seu processo criativo, sem, no entanto, reduzir a sua forma literária ao instrumentalismo político, uma vez que o autor português continuamente reinventa as bases da sua narrativa e, por consequência, de seu próprio ofício.

Mas eu creio que de todos os meus livros se pode fazer uma leitura política, ainda que não seja esse objetivo de nenhum deles. É que, sendo eu um homem política e ideologicamente muito definido, seria impossível que as minhas ideias ou as minhas preocupações não passassem para aquilo que eu faço, mesmo que o tema não seja obviamente político⁷ (Saramago *apud* Aguilera, 2010, p. 344, grifo nosso).

Em dimensão crítica, na avaliação de Deivis Garlet e Rosani Umbach (2017), os estudos acerca dos escritos saramaguianos caracterizaram-se justamente, na última década, pela predominância de interesses em suas faces políticas, em cujos temas relacionados ao humanismo, à democracia, à solidariedade e à exploração socioeconômica do capitalismo encontram-se em evidência. “Igualmente, a posição do autor enquanto cidadão, que reiteradamente critica a imposição de interesses mercantis sobre a política, deturpando a democracia vigente na maior parte dos países da atualidade” (Garlet; Umbach, 2017b, p. 54). Sob a ótica saramaguiana, esses temas encontram-se em máxima evidência, pois, conforme se observa, “as injustiças multiplicam-se no mundo, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce e a miséria alastra” (Saramago, 2013, p. 90).

Nesse sentido, nota-se como o romancista, em diversos momentos, demonstra sua preocupação com “o homem e com o mundo – com o presente e com o futuro do homem no mundo” (Garlet; Umbach, 2017, p. 142). Seus críticos, à vista disso, debruçam-se exaustivamente acerca de suas percepções éticas (Costa, 2008; Aguilera, 2010), democráticas (Garlet; Umbach, 2017; Lobo, 2022), cidadãs (Oliveira Neto, 2020; Martín, 2022) e, não raramente, acerca de suas percepções sobre Direitos Humanos (Mattia, 2017; Zilberman, 2021; Arnaut, 2023), gestando um fértil campo de reflexões e debates que extrapolam as camadas superficiais da aparência e adentram as profundezas da essência saramaguiana.

Contudo, apesar da abundância de estudos diante dos diversos temas elencados, Petar Petrov (2014), professor emérito da Universidade do Algarve, coloca os críticos de José Saramago em alerta, advertindo-os para que não se perca de vista a “postura manifestamente materialista e antineoliberal” do autor (Petrov, 2014, p. 209). Um escritor cuja obra, a todo instante, recorre à ação imediata e à prática do homem, pois compreende que este é o único capaz de realizar sua própria história (Marx, 2011), uma percepção que, certamente, encaminha-o para a “teoria e práxis segundo a autêntica teoria marxista” (Garlet, 2016, p. 10).

Para Fernando Aguilera (2010), José Saramago, como bom marxista,

⁷ Entrevista: José Saramago: “a gente não pode carregar culas que não são nossas. O diálogo hoje é entre vivos e não entre mortos e vivos.” *Brasil Agora*, São Paulo, 28 de Junho de 1992 [Entrevistadora – Ivana Jinkings].

combinou suas reflexões políticas com a crítica da ordem econômica neoliberal, que, em sua opinião, constitui o poder real, fora de controle, apoiado em mecanismos de desregulação e práticas despóticas, configurando, na sua avaliação, um verdadeiro capitalismo autoritário. **Saramago denunciou com tenacidade a substituição do cidadão pelo consumidor, o engajamento social pela alienação política, os direitos dos trabalhadores pela flexibilização trabalhista e a economia monetária pela economia financeira, no contexto da teocracia do mercado.** Essa visão crítica da sociedade de consumo foi por ele trabalhada, em termos literários, em *A caverna* (Aguilera, 2010, p. 382 – 383, grifo nosso).

Ao desvendar a arquitetura de sua obra, José Saramago, em seu discurso *Da estátua à pedra: o autor explica-se* (2013), originalmente proferido em 1997, dividiu a sua obra em dois momentos distintos – estátua/aparência e pedra/essência (Silva, 2022). No primeiro deles – a estátua –, o autor trabalha sob a superfície da pedra, ou seja, o mundo aparente. “Descrever a estátua, seu rosto, o gesto, as roupagens, a figura, é descrever o exterior da pedra, e essa descrição, metaforicamente, é o que encontramos nos romances” produzidos entre 1977 e 1989, *Manual de pintura e caligrafia* e *História do cerco de Lisboa*, respectivamente (Saramago, 2013, p. 31). No segundo momento – a pedra –, a partir de *Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), Saramago, por sua vez, abandona a superfície da matéria, voltando-se para seu interior constitutivo. Nesse momento, o autor coloca-se “diante de alegorias que funcionam como distopias de um mundo abandonado pela razão” (Lopes, 2010, p. 140), no qual é possível encontrar o ápice da barbárie em *Ensaio sobre a cegueira* (1995), a gélida burocratização em base ontológica, ética e política de *Todos os nomes* (1997), a absolutização do mercado em *A caverna* (2000), a opacidade da identidade do eu em *O homem duplicado* (2002) e a ilusão da democracia em *Ensaio sobre a Lucidez* (2004).

Diferentemente de sua primeira fase, fortemente marcada pelos temas de ordem histórica, a segunda centra-se, majoritariamente, no tempo presente, desvelando as contradições internas do sistema capitalista e, em alguma medida, escancarando, conforme se destacou, a inaplicabilidade dos Direitos Humanos em situações extremas dentro da atual conjuntura político-econômica. Para a professora Regina Zilberman (2021), as obras desta segunda fase figuram como verdadeiras distopias, pois “partem de um evento – político, social, tecnológico – da atualidade e projetando seus desdobramentos no tempo” (Zilberman, 2021, p. 799), geralmente sendo esses mesmos eventos introduzidos na narrativa por meio de elementos negativos, como as injustiças, as disparidades sociais e o controle coletivo.

Para além disso, sua prosa corrobora com as condições para que múltiplas vozes, frequentemente alijadas dos discursos oficiais, venham à luz por meio da

literatura, concedendo o protagonismo, por exemplo, à família campesina em *Levantado do chão* (1980) e *As intermitências da morte* (2005), aos soldados de baixa patente em *Memorial do convento* (1982) e *História do cerco de Lisboa* (1989), ao pequeno artífice em *A caverna* (2000) ou, ainda, aos que vivenciaram a perda de seus direitos fundamentais em *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004). Em suma, para Teresa Cristina Cerdeira (2018), a ficção saramaguiana objetiva firmar “um nó questionador acerca das verdades estabelecidas pelo poder e pelo discurso oficial, alçando para o centro da arena, os sujeitos que, na composição de uma visão absoluta, foram negados voz e presença entre os fatores das transformações sociais” (Cerdeira, 2018, p. 21).

Para além desse movimento de recuperação das vozes que foram esquecidas, outros elementos formais, já elucidados pela crítica, compõem, o que Deivis Garlet e Rosani Umbach (2017b), categorizam como uma estética democrática em José Saramago, da qual destaca-se:

a multiplicidade de vozes relativamente autônomas, oriundas dos mais diversos setores sociais (além, naturalmente, do estilo oralizado, obtido, sobretudo, por uma supressão parcial dos sinais gráficos de pontuação e de introdução da fala das personagens; **a simpatia do narrador pelas personagens que simbolizam valores ligados à democracia**, ou mesmo a aberta contraposição para com os comportamentos autoritários, a exemplo dos cegos “malvados” no *Ensaio sobre a cegueira*; **o recurso à ironia**, a qual permite a manifestação do discurso do outro (inclusive das personagens simbólicas do autoritarismo, a exemplo das funerárias, asilos, hospitais e seguradoras em *As intermitências da morte*). No entanto, tais vozes são problematizadas, de modo algum por uma intromissão monológica do narrador, mas por meio da ironia (Garlet; Umbach, 2017b, p. 57).

Nesse sentido, torna-se evidente como sua voz poética, da forma ao conteúdo, sempre atuou a serviço da humanidade, colocando-se em face de um mundo, cada vez mais globalizado, em que os poderes políticos e econômicos se encontram subordinados aos princípios das classes dominantes, em um movimento de progressivo e avassalador esgarçamento dos valores democráticos e da imposição de diversos elementos dificultadores da plena efetivação dos Direitos Humanos. O que se constata, ainda, nessas primeiras décadas do século XXI, é o gradual e inconsequente esgotamento dos recursos naturais do planeta, a massiva indiferença diante da fome e das guerras, bem como a frequente desvalorização das necessidades básicas de existência humana, como o acesso à saúde, à educação, à moradia, à segurança e à cultura. Esse cenário de degradação, diante dos últimos anos, foi ainda mais agravado em decorrência da pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos globais.

O Brasil, sem fugir à regra, também precisa lidar com o seu passado recente de descasos, negligências e contínuos ataques aos Direitos Humanos. Já em março de 2018, as professoras Regina Dalcastagnè, Paula Dutra e Graziete Frederico, ao organizarem a coletânea *Literatura e direitos humanos* (2018), constatavam, pelas vias artísticas e poéticas, as graves crises humanitárias, em seus mais diversos níveis, que acometiam o Brasil. Nesse mesmo ano, marcado pelas comemorações em torno do septuagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o país vivenciava uma de suas disputas presidenciais mais acirradas, sendo ela própria responsável por dividir politicamente a nação em dois polos extremamente distintos. Nesse embate político-ideológico, permeado por discursos de violência e ódio, ouviu-se “os brados lá fora, nas ruas, nas redes sociais e nos palanques [políticos], de que ‘bandido bom é bandido morto’ e de que defensores de direitos humanos devem ser eliminados (como de fato são, em todos os cantos deste país)” (Dalcastagnè; Dutra; Frederico, 2018, p. 9).

Diante da negação do outro – de sua existência e de sua história –, a literatura torna-se um lugar de refúgio no qual, a partir de um profundo exercício dialético de alteridade, apresenta outras possibilidades discursivas de enfrentamento à barbárie. Nesse sentido, é necessário que, em um contexto marcado pelos negacionismos, pela desinformação e pelos contínuos ataques à ciência, se conceda, ou recupere, a maior diversidade de vozes que for possível, para que elas, por meio da crítica ou da ficção, componham os discursos do presente, “em uma tentativa de resistência que, se não causará a grande revolução de nossos tempos, pelo menos não nos deixará indiferentes ao que de fato está ocorrendo entre nós” (Dalcastagnè; Dutra; Frederico, 2018, p. 12).

A literatura de José Saramago configura-se, como se demonstrou, como ato concreto contra a indiferença. O autor português viu, ou melhor, reparou e narrou a resistência do pequeno artesão diante das forças destrutivas do capitalismo monopolista⁸; a busca pelas identidades, pessoais e coletivas, diante de um mundo globalizado que agressivamente nos massifica⁹; o inconformismo de um homem que viu, pela milésima vez, a exclusão dos “pequenos” sujeitos das grandes narrativas oficiais da história¹⁰; a esperança de um pobre homem que, clamando ao seu rei por um barco, vislumbrava a existência de um mundo melhor¹¹; a luta dos vulneráveis que, não raramente, são abandonados à própria sorte pelas autoridades civis e governamentais¹²; a leveza ímpar dos animais que, como o cão das lágrimas,

⁸ A caverna (2000).

⁹ Todos os nomes (1997) e O homem duplicado (2002).

¹⁰ História do cerco de Lisboa (1989).

¹¹ O conto da ilha desconhecida (1997).

¹² Ensaio sobre a cegueira (1995) e Ensaio sobre a Lucidez (2004).

gentilmente lambeu os olhos molhados de uma mulher desesperada¹³; a coragem de um jovem garoto que, sem forças para salvar todo o mundo, regou, cultivou e cuidou de uma única flor que necessitava de sua ajuda¹⁴, dentre outros tantos exemplos que poderiam explicitar a pujança humanística da obra saramaguiana. Aos indiferentes, diria o autor d'*O evangelho segundo Jesus Cristo* (1991): “Se o escritor tem algum papel, é o de incomodar”¹⁵ (Saramago *apud* Aguilera, 2010, p. 348).

SILVA, M. R. The humanist Saramago: toward a sensitive poetics of politics, democracy and human rights. **Itinerários**, Araraquara, n. 59, v. 2, p. 233-247, jul./dez. 2024.

■ **ABSTRACT:** *In 2003, in an interview with the newspaper O Globo, José Saramago stated that “without democracy, there can be no human rights, but without human rights, there can also be no democracy. [However], we are in a situation where much is said about democracy and nothing about human rights.” The Portuguese writer’s words resonate with contemporary audiences not merely as a warning of danger but as a call for critical and, indeed, collective reflection on global politics and the promotion of human rights. More than two decades after his statement, particularly in the Brazilian context, we can observe the strengthening of physical and discursive attacks on democratic institutions, the disregard of certain governments for the dignity of their people, and, as a direct result of these elements, the proliferation of narratives that devalue human rights and, to some extent, life itself. In light of the current situation, this essay aims to provide an overview of José Saramago’s work, drawing parallels between his fictional productions and his personal views on politics, democracy, and human rights.*

■ **KEYWORDS:** *Literature and Human Rights. José Saramago. Literature and Politics.*

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Fernando Gómez (org.). **As palavras de Saramago:** catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

ALMARZA, Sara. Assim falou Saramago! Memória e Direitos Humanos. **Diálogos Latinoamericanos** 7, 2003, p. 130 - 132.

¹³ Ensaio sobre a cegueira (1995).

¹⁴ A maior flor do mundo (2001).

¹⁵ Entrevista: Saramago: “Si españã va bien, es una excepción, porque el mundo no va bien”, *La provincia*. Las almas de Gran Canaria, 15 de abril de 1998. [Reportagem de Ángeles Arencibia]

ARNAUT, Ana Paula. Compromisso ético e defesa dos Direitos Humanos na ficção de José Saramago. **Confluente**: Revista di Studi Iberoamericani. 2023, p. 47 – 62.

CERDEIRA, Teresa Cristina. **José Saramago entre a história e a ficção**: uma saga de portugueses. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.

COSTA, Cibele Lopresti. A ética em O Evangelho Segundo Jesus Cristo, de José Saramago. In.: FERRAZ, S., *et al.*, (org.). **Deuses em poéticas**: estudos de literatura e teologia. Belém: UEPA; Campina Grande: EDUEPB, 2008, pp. 180-192.

DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Queiroz; FREDERICO, Grazielle. Apresentação. In.: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Queiroz; FREDERICO, Grazielle. **Literatura e direitos humanos**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018, p. 9 – 12.

FERNANDES, Bob. **Monstro da intolerância voltou, diz Saramago**. Folha de São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/12/ilustrada/2.html> Acesso em: 16 de Dezembro de 2023.

FUNDAÇÃO José Saramago. **Carta Universal de Deveres e Obrigações dos Seres Humanos**. Lisboa: FJS, 2017.

GARLET, Deivis Jhones; UMBACH, Rosani Ketzer. A política em José Saramago: forma e conteúdo. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 31, 2017a, p. 141-154.

GARLET, Deivis Jhones; UMBACH, Rosani Ketzer. Uma estética democrática em José Saramago. **Em tese**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, 2017b, p. 54-66.

GARLET, Deivis Jhones. **O romance dialético de José Saramago**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

LOBO, Bárbara Natália Lages. Democracia e Universidade: aprendizagem cidadã por José Saramago. In: NOGUEIRA, Carlos (org.). **José Saramago**: a escrita infinita. Lisboa: Tinta da China, 2022, pp. 239-260.

LOPES, João Marques. **Saramago** – Biografia. São Paulo: Leya, 2010.

MARTÍN, Diego. La obra de José Saramago como reflexión en torno al concepto de ciudadanía. **ECCOM Centenário de José Saramago**, v. 13, n. 25 Edição Especial, maio 2022, pp. 89-97.

MARX, Karl. **18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTIA, Bianca Rosina. José Saramago pós-nobel último romance: o escritor e sua missão. **Anais do XXVI Congresso internacional da ABRAPLIP**. Curitiba, 2017, p. 151–158.

PETROV, Petar. A condição pós-moderna em questão: Ensaio sobre a cegueira e Ensaio sobre a lucidez, de José Saramago. **Guavira Letras**, n. 18, 2014, p. 207 – 222.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SARAMAGO, José. **Da estátua à pedra e discurso de Estocolmo**. Belém: UFPA, 2013.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SARAMAGO, José. **Manifesto 15 de Março**. Partido Comunista Português, 2003. Disponível em: <https://www.pcp.pt/manifesto-15-de-marco-por-jose-saramago> Acesso em: 15 de Dezembro de 2023.

SILVA, Vera Lopes da. Ensaio sobre a cegueira e Ensaio sobre a lucidez: estética e engajamento promovidos por José Saramago, leitor de Marx. In.: NOGUEIRA, Carlos. **José Saramago: a escrita infinita**. Lisboa: Edições tina-da-china, 2022, p. 17 – 41.

ZILBERMAN, Regina. O ano de 1993: distopia e direitos humanos. **Gragoatá**, Niterói, v. 26, n. 54, 2021, p. 795-816.

